



A Gestão do Património – O caso da Rota do Românico

Rosário Correia Machado¹

¹ Diretora da Rota do Românico

Resumo

A gestão do património é, sem dúvida, uma discussão premente e de grande atualidade. A forte emergência de projetos de desenvolvimento ancorados no património e nos recursos endógenos dos territórios, são o resultado relativamente recente do surgimento de um conjunto alargado de roteiros, percursos e/ou rotas estruturadas.

A Rota do Românico, que agrega 12 municípios - Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Resende -, tem vindo a representar para o território do Tâmega e Sousa um grande desafio, enquanto projeto dinamizador e potenciador do desenvolvimento regional, aproveitando um importante património constituído por 58 monumentos românicos (mosteiros, igrejas, capelas, memoriais, pontes, castelos e torres).

A Rota do Românico visa, assim, constituir-se como uma estratégia dinamizadora para a (re)construção de identidade, através da memória e de uma nova economia regional, designadamente na área turística e cultural, através da promoção, gestão e animação do seu património.

Palavras-chave: Gestão, património, desenvolvimento regional, românico, identidade.

A gestão do Património

Quando abordamos a temática da gestão de património devemos ter em conta que não é um tema linear, é necessário assim ter em conta um conjunto de variáveis que o torna muito complexo. Desde logo a questão da gestão pública e a gestão privada do património.

Tal como referem Ivo Oosterbeek, Sílvia Marques e Rui Carvalho

“a gestão do património [...] são práticas que resultam de processos nos quais interagem vários atores: investigadores [...], gestores (gestores do património, gestores Turístico-Culturais),

e profissionais de suporte [...]. Estas práticas, vistas numa perspectiva totalizante, não podem ser postas em prática sem a criação de grupos de trabalho que contemplem uma gama de profissionais tão diferenciada.” (Oosterbeek, 2010, pp. 215-216)

Reforçando este aspeto, importa referir que existe neste momento uma reflexão, sobre este assunto, à escala internacional. De destacar nesta matéria o papel da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), que para além de balizar a nossa reflexão, devem desde logo, orientar a nossa atitude.

Importa, contudo, ter em conta alguns conceitos e aspetos indispensáveis, na minha opinião, para que a gestão do património seja conseguida.

Preservar, iniciando desde logo por um ponto fundamental, a investigação. Sem investigação não sabemos como avançar, é este conhecimento resultante da investigação que nos permite tomar opções, tanto para a sua preservação como para a gestão.

Proteger, potenciar o património através da classificação e salvaguarda. Proteger implica assumi-lo especial, através de instrumentos regulamentares e legais, permite essencialmente definir um conjunto de regras sobre a usabilidade do elemento, de eventuais trabalhos de intervenção e conservação.

Promover, o que não é conhecido não existe. A promoção patrimonial é a par da conservação e salvaguarda e da sua dinamização dos aspetos mais relevantes para a sua gestão. É através da promoção que materializamos a sua importância, o seu valor, sem a sua promoção não se consegue passar o seu conhecimento o seu valor de memória a sua vida e acima de tudo a sua importância.

Dinamização, valorizar dinamizando é permitir a sua sustentabilidade é tornar o património útil. A usabilidade em primeiro lugar pela sua comunidade é justificar a sua existência e a sua manutenção, importa destacar neste aspeto o trabalho com o sentimento de pertença, o que é "meu" ou do "meu coletivo" tem o máximo de valor.

Acessibilidade, atualmente quando falamos de acessibilidade, falamos de um conceito muito alargado, é nessa mesma amplitude que importa trazer para este tema. Acessibilidade física, acessibilidade comunicacional, tecnológica, acessibilidade para as pessoas com mobilidade condicionada ou seja tentar desenvolver e caminhar para um Património para Todos...

Por fim **Sustentabilidade**, este é, sem dúvida, o aspeto onde mais barreiras se encontram. É necessário para que seja sustentável ter presente todos os aspetos anteriores mais um, os recursos económicos. É neste ponto que a gestão integrada,

estruturada e, nomeadamente, planeada ganha a sua dimensão fulcral.

O caso da Rota do Românico - Uma experiência fundada na História

É em terras dos vales dos rios Sousa, Douro e Tâmega, no coração do Norte de Portugal, que se ergue vasto e importante número de elementos patrimoniais arquitetónicos de origem românica.

A sua riqueza e singularidade estiveram na génese do projeto da Rota do Românico, um itinerário estruturado que integra um conjunto de 58 elementos patrimoniais, desde mosteiros, igrejas, capelas, memoriais, castelos, torres e pontes, edificados sobretudo entre os séculos XII e XIV, intimamente ligados à fundação da nacionalidade portuguesa e testemunhos do papel relevante que este território outrora desempenhou na história da nobreza e das ordens religiosas em Portugal.

Desde o seu início em 1998, até aos dias de hoje, a Rota do Românico assume-se como um projeto público de cariz supramunicipal, que visa contribuir para o desenvolvimento integrado e sustentado de toda a região, fomentando a competitividade, a coesão e a identidade territoriais, numa ótica de qualificação e de valorização de um conjunto de recursos endógenos distintivos;

- o denso e rico património edificado e intangível deste território. Ancorado num conjunto de monumentos de grande valor e de excecionais particularidades, pretende assumir um papel de excelência no âmbito do touring cultural, capaz de posicionar a região como um destino de referência do românico nacional.

- a melhoria da qualidade ambiental e da reestruturação física do território, protegendo-o e impulsionando o seu correto reordenamento, através do planeamento turístico dos recursos, das infraestruturas de suporte e das facilidades de apoio turísticas;

- o desenvolvimento de uma nova fileira produtiva, associada ao turismo e com forte potencial de dinamização de atividades conexas, passível de compensar a tradicional monodependência industrial desta região;

- a dinamização de cursos e ações de formação que contribuam para a formação dos profissionais da cultura, do turismo e de atividades associadas, que facilitem o aumento da empregabilidade qualificada;
- e, por último, a melhoria da imagem, interna e externa, da região onde se insere, reforçando a autoestima coletiva, constituem igualmente outros importantes objetivos da Rota do Românico.

Como nasce o projeto? Em 1998, foram selecionados 21 monumentos dos seis municípios (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel) que compõem a VALSOUSA – Associação de Municípios do Vale do Sousa e, em 2003, no âmbito dos cofinanciamentos europeus, deu-se início ao desenvolvimento concreto deste projeto através das ações de conservação e valorização dos monumentos previamente selecionados.

Para além da componente infraestrutural, entendeu-se que o plano de ação da Rota do Românico deveria incluir uma componente imaterial, que permitisse elaborar materiais de informação e promoção do património românico da região.

Ainda antes da apresentação pública da Rota do Românico, que viria a ocorrer a 18 de abril de 2008, foi desenvolvido um conjunto de materiais de comunicação, entre eles uma publicação científica, um guia turístico, uma brochura, um vídeo promocional, um mapa de bolso, um sítio na internet (www.rotadoromano.com) e uma linha de “merchandising”. Foram instalados painéis informativos bilingues com informação histórica, arquitetónica e geográfica em todos os monumentos da Rota do Românico, assim como o sistema de sinalização turística e cultural em toda a rede viária da região. Perante o imperativo de cidadania de promover a mobilidade e a acessibilidade para todos, foi desenvolvido, desde 2008, o Plano de Promoção da Acessibilidade da Rota do Românico, identificadas as necessidades de intervenção nos monumentos, nas suas envolventes e nos acessos aos

transportes públicos. No âmbito da comunicação acessível e da infoacessibilidade, procedeu-se à produção de materiais de informação em escrita braille e de um vídeo promocional com legendagem e língua gestual, bem como à implementação de uma ferramenta que permite uma versão falada dos conteúdos do nosso sítio da internet em tempo real.

Em 2008, a Rota do Românico iniciou um processo de concertação entre os vários agentes económicos da região, tanto públicos como privados, com o objetivo de apresentar uma verdadeira estratégia de eficiência coletiva em torno de um objetivo comum – a dinamização da Rota do Românico.

Em março de 2010, os municípios de Amarante, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende firmaram um protocolo de adesão à Rota do Românico. O processo de seleção do património de origem românica desses municípios culminou na integração de 34 elementos patrimoniais, localizados no Baixo Tâmega/Douro Sul, e de mais três, no Vale do Sousa, sendo a Rota do Românico atualmente composta por 58 monumentos.

Conservação e salvaguarda do património na Rota do Românico

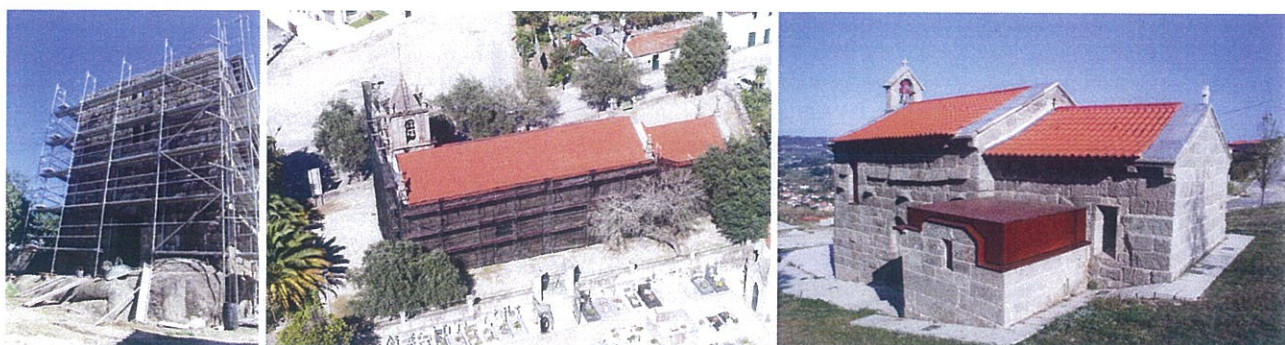
No âmbito do alargamento da Rota do Românico e como consequência do diagnóstico prévio elaborado para todos os monumentos, definiu-se como princípio metodológico que as intervenções deveriam incidir prioritariamente na conservação do património edificado e no património móvel como parte integrante do conjunto.

Assim, os projetos dariam prioridade à salubridade dos edifícios e à sua estabilidade estrutural, bem como à conservação de coberturas, de madeiramentos, de alvenarias autoportantes e dos bens móveis que integram o edificado, tais como pintura mural, madeiras policromadas, azulejaria, entre outras.

Como exceção a um grande conjunto de monumentos em que a conservação é dominante, verificaram-se situações em que os bens patrimoniais acusam um profundo estado de



Figuras 1 - Imóveis Patrimoniais que integram a Rota do Românico antes das intervenções de conservação e salvaguarda.



Figuras 2 - Imóveis Patrimoniais que integram a Rota do Românico durante e depois das intervenções de conservação e salvaguarda.

ruína. Nestes casos, a decisão tem passado pela avaliação do significado do bem patrimonial nas suas relações afetivas e do imaginário das populações próximas, optando-se por integrar esses afetos na reabilitação dos bens, em detrimento da manutenção e conservação da ruína. Estas intervenções têm por normativa, no desenvolvimento do projeto, o recurso, sempre que possível, a materiais e técnicas tradicionais, não recusando a linguagem contemporânea do desenho arquitetónico.

Para a avaliação dos resultados atingidos, embora com as restrições financeiras inerentes ao projeto, há que ter em conta as relações afetivas e emocionais das populações locais perante o objeto patrimonial. Nesse sentido, o comportamento emocional destas foi e é francamente positivo, tendo contribuído para a sua autoestima e assumindo-se elas próprias como responsáveis pela sua manutenção e guarda.

Concretiza-se, assim, o princípio nuclear da salvaguarda dos bens patrimoniais como sendo os elementos constitutivos de identidade que dão sentido à vida, quer seja no plano local, regional ou nacional. Ora, conjugando esta mais-valia do envolvimento das populações locais, o objetivo estratégico é que este património seja vivido pelas comunidades como parte integrante das suas vivências e práticas quotidianas, fator fundamental para a sua manutenção.

Existe uma consciência de que os objetivos só serão atingidos caso o envolvimento da população se mantenha vivo, permanente e seja partilhado pelas gerações atuais e futuras.

Acresce a este parâmetro o contributo para a qualificação do território quando se atua salvaguardando os bens patrimoniais e a sua paisagem envolvente. A conjugação destes dois aspetos - o envolvimento da população e a qualificação do território - já tem impacto na tomada de decisão dos poderes públicos que gerem o território, bem como na interiorização de modelos de referências pelas populações locais.

A avaliação do valor da Rota do Românico nas políticas e práticas para a salvaguarda do património tem sido sustentada no entendimento de que este não é um objeto isolado para

contemplação, mas um conjunto de bens patrimoniais associados e intrinsecamente interligados no território e às populações que o vivem e ao qual em primeira instância pertencem.

Acresce a isto o facto de a salvaguarda dos bens dever entender-se enquanto cruzamento do físico, o construído, com o significado que lhe está associado pelas gentes, o intangível. Foi este princípio que balizou e norteia as intervenções levadas a cabo no património da Rota do Românico, que obviamente tiveram sempre presente as recomendações espelhadas nas cartas e convenções internacionais.

A conservação, salvaguarda e valorização do património assume-se, desde a sua origem, como uma das prioridades máximas da Rota do Românico.

Embora a qualificação do património histórico e cultural seja fundamental para a Rota do Românico, desde 2004 têm vindo a ser desenvolvidas outras componentes consideradas cruciais para a sua dinamização.

Outras áreas de intervenção

Uma importante aposta da Rota do Românico tem passado pela divulgação do projeto junto da comunidade local, visando o crescente envolvimento da mesma no projeto, criando coesão e (re)construção de uma identidade coletiva. Deste modo, a dinamização de atividades lúdico-pedagógicas pelo Serviço Educativo junto da comunidade escolar, assume um carácter fundamental. Desde o ano letivo 2011/2012 que vários estabelecimentos de ensino do Tâmega e Sousa têm acolhido o projeto pedagógico, um número que tem vindo a crescer ano após ano.

Na lógica contínua assente na capacitação e no envolvimento da comunidade, ligada à dinamização cultural do projeto e do território, foi desenvolvido em 2014, um programa cultural, intitulado "Palcos do Românico", no qual os monumentos da Rota do Românico foram o palco principal, sem esquecer os equipamentos culturais do território. Ao longo dos 12 municípios da Rota do Românico foram realizados mais de 200



Figuras 3 - Serviço Educativo da Rota do Românico | Projeto Pedagógico.



Figuras 4 - "Palcos do Românico"



Figuras 5 - Visitas turísticas com interpretação do património.

eventos, entre teatro, música, dança, exposições, oficinas, etc., envolvendo mais de 50 agentes culturais profissionais nacionais e 12 da região, 1.800 participantes da comunidade local e mais de 20 mil espetadores.

Assumindo assim a importância da ligação à educação, do envolvimento das comunidades e trabalhando o sentido de dinâmica e de pertença. Citando Françoise Choy,

"à maneira de incitação, falarei somente de três frentes de luta a efetuar: primeira, a da educação e a da formação; seguidamente, a da utilização ética das nossas heranças edificadas (hoje comercializadas sob o vocábulo de "património"); e, finalmente, a da participação coletiva na produção de um património vivo." (Choay, 2011, p.50)

O compromisso com o conhecimento foi reforçado com a criação, em 2011, do Centro de Estudos do Românico e do Território, dinamizado pela Rota do Românico. Este Centro tem vindo a desempenhar um papel crucial na produção e disseminação de conhecimento, que se traduziu já na edição de diversas publicações dirigidas a um público cada vez mais abrangente. A par da linha editorial, o Centro de Estudos criou com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian uma pequena biblioteca temática, bem como a Comissão Científica constituída por um conjunto de membros de reconhecimento nacional nas várias áreas do conhecimento que cruzam a Rota do Românico.

O reforço da vertente turística do produto, com a dinamização de programas de visita estruturados, dirigidos ao mercado nacional e internacional, e que se têm traduzido numa crescente procura por parte de visitantes e turistas, tem sido igualmente um dos focos do projeto.

Neste âmbito, a Rota do Românico tem potenciado as receitas realizadas nos tecidos turísticos locais, uma vez que tem permitido, de forma direta ou indireta, o aparecimento ou crescimento de um conjunto alargado de atividades e negócios, geradores de receitas, emprego e notoriedade para a região,

com destaque para as unidades de alojamento de qualidade superior, de restauração, de empresas de animação turística, de roteiros turísticos temáticos e de unidades museológicas. A adesão, em 2009, à TRANSROMANICA, a maior rede de locais e itinerários românicos da Europa, nomeada como um dos Itinerários Culturais do Conselho da Europa, é demonstrativa da aposta no trabalho em parceria e na internacionalização do projeto.

Conclusões

Na Rota do Românico, uma das únicas rotas turísticas europeias, estruturada nas várias dimensões, a importância da gestão é um dos seus aspetos cruciais. O modelo de gestão deve ter claro a noção de responsabilidade, ou seja se as responsabilidades trabalharem em parceria nas suas diferentes competências, a probabilidade de o modelo resultar é exponencialmente maior. O grande entrave é quando a confusão de responsabilidades persiste, agravada pela constante produção de erros, aí a memória não produz o seu efeito.

O objetivo é proteger o património, e assim protegemos a paisagem, mas fundamentalmente as suas gentes e as comunidades, estas não são partes diferenciadas e antagónicas, são sim fórmulas do mesmo todo, que só resultam como coletivo e para o coletivo, assim se constrói memória ... assim se atenuam as probabilidades dos erros que os homens na história vão cometendo.

Referências Bibliográficas

- CHOAY, F. (2011). As questões do património. Antologia para um combate. Lisboa, Edições 70
- MACHADO, R., (2015). A gestão pública do património. Coimbra, Rua Larga UC, nº43.
- MACHADO, R., (2016). Da perenidade da pedra esculpida à construção do "nós" – o papel da Rota do Românico na (re)construção da identidade territorial. Braga, ICS – UM.
- OOSTERBEEK, I., Marques, S., Carvalho, R., (2010). Gestão e Didáctica do Património Cultural: conceitos e conflitos. Tomar, Arkeos.

FICHA TÉCNICA**EDITORES**

Alice Tavares
Ana Velosa
Aníbal Costa
António Coelho
Ricardo Magalhães
Rosário Correia Machado

PAGINAÇÃO E MONTAGEM

Briefing

CAPA

Ana Sofia Almeida

IMPRESSÃO

Tipografia A Lusitânia

TIRAGEM

200 exemplares

EDIÇÃO

Maio de 2017

ISBN

ISBN 978-989-20-7577-8

DEPÓSITO LEGAL

426620/17

Os textos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

© Os autores. 2017

© Os editores. 2017

Universidade de Aveiro – Departamento de Engenharia Civil
Campus Universitário de Santiago | 3810-193 Aveiro

VALSOUSA - Associação de Municípios do Vale do Sousa | Rota do Românico
Praça D. António Meireles, 45 | 4620-130 Lousada

<http://www.ua.pt/patrimonioportugalbrasil/>